





Oficio nº 198/2025

Vanini, 03 de outubro de 2025.

Senhor Presidente, demais Vereadores,

Ao cumprimentá-los cordialmente, vimos através do presente encaminhar o seguinte Projeto de Lei, para apreciação desta Casa Legislativa:

PROJETO DE LEI N. 054/2025 "INSTITUI A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO E/OU CULTURAL DO MUNICÍPIO DE VANINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### Justificativa:

A preocupação dos cidadãos com o tema preservação é recente, entretanto, vai ganhando força uma consciência ecológica, histórica e cultural que, se espera, seja transmitida às gerações futuras.

Não obstante, em sede jurídica, a tutela dos bens materiais que integram o patrimônio cultural e paisagístico já existe e está consolidada pela Constituição Federal de 1988, em especial pelo seu artigo 216.

E, dentre as várias formas de ação em prol da manutenção do patrimônio cultural, destaca-se o tombamento, instituto considerado num grau inicial em matéria de intervenção pública na propriedade privada, pois não expropria, mas também não permite ao domínio o exercício pleno das faculdades ou senhorias da propriedade.

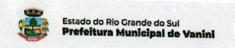
O Tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população ou até de bens que façam parte da identidade do nosso Município, impedindo que os mesmos venham a ser destruídos ou descaracterizados.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VANINI/RS

3 OUT 2025

121

Responsável NA







Este instituto vem portanto, com o intuito de proteger e conservar estes bens, preservando o patrimônio da nossa municipalidade, de forma com que o Município possa intervir na propriedade, regulamentando as normas estipuladas em razão deste tombamento.

Além de dispor sobre a preservação do patrimônio cultural, suas diretrizes e efeitos, determinamos que ficará a Cargo da Secretaria de Educação e Cultura a execução das medidas previstas nessa lei.

Pelas razões expostas, submetemos o presente Projeto de Lei à análise e deliberação dos nobres Vereadores, certos de que contará com o apoio necessário para sua aprovação.

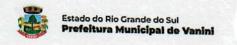
FRENEU
JOSE
GOODAL SEDITIONS
DISCOMMENTATION
AUGUSTA SEDITION
DISCOMMENTATION

Ereneu José Bogoni Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Rafael Garbin

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores - Vanini/RS







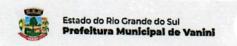
# PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 54 DE 03 DE OUTUBRO DE 2025.

INSTITUI A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO E/OU CULTURAL DO MUNICÍPIO DE VANINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### CAPÍTULO I

# DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO E/OU CULTURAL

- Art. 1º Constitui patrimônio histórico e artístico o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Município e cuja preservação e conservação sejam de interesse público, quer por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.
- § 1º Incluem-se entre os bens a que se refere o "caput" deste artigo, aos monumentos naturais bem como os sítios e paisagens que devam ser preservados, conservados e protegidos por sua feição notável dotada pela natureza ou promovida pelo engenho humano.
- § 2º Os bens a que se refere o presente artigo passarão a integrar o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural mediante sua inscrição, isolada ou agrupada, no Livro do Tombo.
- Art. 2° A presente Lei se aplica no que couber às coisas pertencentes às pessoas naturais ou jurídicas.
  - §  $1^{\circ}$  Excetuam-se as obras de origem estrangeiras que:
  - I pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país
- II adornem quaisquer veículos pertencentes a empresa estrangeiras que façam carreira no país;
- III se incluam entre os referidos no artigo 10 da Lei de Introdução do Código Civil
   Brasileiro e que continuam sujeitas à lei pessoal do proprietário;
  - IV pertençam à casa de comércio de objetos históricos ou artísticos;
  - V tenham sido trazidas para exposições comemorativas, educativas e comerciais;



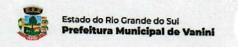




- VI tenham sido importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno de seus respectivos estabelecimentos;
- VII sejam as partes integrantes de acervo comercializado em feiras públicas, reconhecidas pelo Município.
- § 2º O controle e a fiscalização necessários à preservação do Patrimônio histórico, artístico e/ou cultural e paisagístico do Município, serão executados por órgão supletivamente e em consonância com os órgãos federal e estadual, nos termos da legislação pertinente.

#### CAPÍTULO II DO TOMBAMENTO

- Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através de órgão próprio, proceder ao tombamento provisório dos bens a que se refere o artigo 1º desta Lei, bem como o definitivo, mediante sua inscrição no respectivo livro.
- Art. 4º Para a validade do processo de tombamento é indispensável a notificação da pessoa a quem pertencer, ou em cuja posse estiver o bem.
- Art. 5° Através de notificação por mandado, o proprietário, possuidor ou detentor do bem deverá ser cientificado dos atos e termos do processo:
  - I pessoalmente, quando domiciliado no município;
  - II por carta registrada com aviso de recepção, quando domiciliado fora do município;
     III por edital;
  - a) quando desconhecido ou incerto;
  - b) quando ignorado, incerto, ou inacessível o lugar em que se encontrar;
- c) quando a notificação for para conhecimento do público em geral, ou sempre que a publicidade seja essencial à finalidade do mandado;
  - d) quando a demora de notificação pessoal puder prejudicar seus efeitos;
  - e) nos casos expressos em Lei.
- § único As entidades de Direito Público serão notificadas na pessoa do titular do órgão a quem pertencer ou sob cuja guarda estiver o bem.
  - Art. 6º O mandado de notificação do tombamento deverá conter:







 I – os nomes do órgão do qual promana o ato, do proprietário, possuidor ou detentor do bem a qualquer título assim como os respectivos endereços;

II - os fundamentos de fato e de direito que justificam e autorizam o tombamento;

III – a descrição do bem quanto ao:

- a) gênero, espécie, qualidade, quantidade, estado de conservação;
- b) lugar em que se encontre;
- c) valor;
- IV as limitações, obrigações ou direitos que decorram do tombamento e as cominações;
- V a advertência de que o bem será definitivamente tombado e integrado ao patrimônio histórico e artístico (e/ou cultural) do Município se o notificado anuir tácita ou expressamente ao ato, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação;

VI – a data e a assinatura da autoridade responsável.

- § único Tratando-se de bem imóvel, a descrição deverá ser feita com a indicação de suas benfeitorias, características e confrontações, localização, logradouro, denominação se houver, nome dos confrontantes.
- Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento dos bens mencionados no artigo 1º sempre que o proprietário o requerer e, a juízo do competente órgão consultivo, os mesmos se revestirem dos requisitos necessários para integrar o patrimônio histórico e artístico (e/ou cultural) do Município.
- § único O pedido deverá ser instruído com os documentos indispensáveis, devendo constar as especificações do objeto contidas no inciso III do artigo 6° e a consignação do requerente de que assume o compromisso de conservar o bem, sujeitando-se às legais cominações ou apontar os motivos que o impossibilitem para tal.
- Art. 8º No prazo do artigo 6º, V, o proprietário possuidor ou detentor do bem poderá opor-se ao tombamento definitivo através de impugnação interposta por petição que será atuada em apenso ao processo principal.

### Art. 9º - A impugnação deverá conter:

I - a qualificação e a titularidade do impugnante em relação ao bem;

II - a descrição e a caracterização do bem, na forma prescrita pelo artigo 6°, III;

III - os fundamentos de fato e de direito pelos quais se opões ao tombamento e que necessariamente deverão versar sobre:





- a) a inexistência ou nulidade da notificação;
- a exclusão do bem dentre os mencionados no artigo 1°;
- a perda ou perecimento do bem;
- d) ocorrência de erro substancial contido na descrição do bem.
- IV as provas que demonstram a veracidade dos fatos alegados.

# Art. 10 - Será liminarmente rejeitada a impugnação quando:

I - intempestiva;

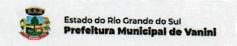
II- não se fundar em qualquer dos fatos mencionados no inciso III do artigo anterior.

III - houver manifesta ilegitimidade do impugnante ou carência de interesse processual.

# Art. 11 – Recebida a impugnação, será determinada:

- I-a expedição ou a renovação do mandado de notificação do tombamento, no caso da letra "a", do inciso III, do artigo 9°;
- II a remessa dos autos, nos demais casos, ao órgão consultivo para, no prazo de 15 (quinze) dias, emitir pronunciamento fundamentado sobre a matéria de fato e de direito arguido na impugnação, podendo ratificar, retificar ou suprir o que for necessário para a efetivação do tombamento e à regularidade do processo.
- Art. 12 Findo o prazo do artigo procedente, os autos serão levados à conclusão do Prefeito Municipal, não sendo admissível qualquer recurso de sua decisão.
- § único O prazo para a decisão final será de 15 (quinze) dias a interromper-se-á sempre que os autos estiverem baixados em diligencia.
- Art. 13 Decorrido o prazo do artigo 6°, V, sem que haja sido oferecida a impugnação ao tombamento, o órgão próprio, através de simples despacho, declarará definitivamente tombado o bem e mandará que se proceda à sua inscrição no respectivo livro.
- § único Em se tratando de bem imóvel, promover-se-á a averbação do tombamento no Registro de Imóveis, à margem de transcrição do domínio, para que se produzam os efeitos legais. Igual providência será tomada em relação aos imóveis vizinhos do prédio tombado.

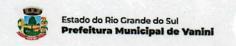
#### CAPÍTULO III EFEITOS DO TOMBAMENTO







- ${f Art.}$  14 Os bens tombados deverão ser conservados e em nenhuma hipótese poderão ser demolidos, destruídos ou mutilados.
- § único As obras de restauração só poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação e autorização do órgão competente.
- Art. 15 No caso de perda, extravio, furto ou perecimento do bem, deverá o proprietário possuidor ou detentor do mesmo comunicar o fato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- **Art. 16** Verificada a urgência para a realização de obras para conservação ou restauração em qualquer bem tombado, poderá o órgão público tomar a iniciativa de projeta-las e executa-las, independente da comunicação do proprietário.
- Art. 17- Sem prévia autorização, não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou ainda que, a juízo do órgão consultivo, não se harmonize com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado.
- $\S 1^{\circ}$  A vedação contida no presente artigo estende-se à colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto.
- § 2º Para que se produzam os efeitos deste artigo, o órgão consultivo deverá definir os imóveis da vizinhança que sejam afetados pelo tombamento, devendo ser notificados seus proprietários que do tombamento, quer das restrições a que deverão sujeitar. Decorrido o prazo do artigo 6°,V, sem impugnação, proceder-se-á à averbação a que alude o artigo 13, parágrafo Único.
- Art. 18 O bem móvel não poderá ser retirado do Município, salvo por curto prazo e com finalidade de intercambio a juízo do órgão competente.
- Art. 19 Os proprietários dos imóveis tombados gozarão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, de competência do Município.
- Art. 20 Para efeito de imposição das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal e sua extensão a todo aquele que destruir, inutilizar ou alterar os bens tombados, o órgão competente comunicará o fato ao Ministério Público, sem prejuízo da multa aplicável nos casos de reparação, pintura ou restauração sem autorização prévia do poder Público.







Art. 21 - Em caso de restrição parcial do uso ou e gozo do imóvel, decorrente de tombamento, poderá o Município, mediante procedimento adequado, ressarcir o proprietário ou adquirir-lhe o domínio total, seja por compra, permuta, doação ou desapropriação.

### Art. 22 - Cancelar-se-á o tombamento:

I - por interesse público;

II - a pedido do proprietário e comprovado o desinteresse público na conservação do bem,

III - por decisão do Prefeito Municipal homologando resolução proposta pelo órgão consultivo.

### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de convênios com a União e o Estado, bem como de acordos com pessoas naturais e jurídicas de Direito Privado, visando à plena consecução dos objetivos da presente Lei.

Art. 24 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto.

Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

> GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VANINI/RS, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2025.

> > **ERENEU** JOSE **BOGONI:** 42807000010 Bala: 2025, 10.03 16:38:50-03007

ERENEU JOSÉ BOGONI

PREFEITO MUNICIPAL